

**DECRETO Nº 10.799**  
**DE 28 DE ABRIL DE 2025**

***DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS  
PARA RECONHECIMENTO DE  
IMUNIDADE DO IMPOSTO PREDIAL E  
TERRITORIAL URBANO (IPTU) PARA  
IMÓVEIS LOCADOS POR TEMPLOS DE  
QUALQUER CULTO.***

**ROGÉRIO SANTOS**, Prefeito Municipal de Santos,  
usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

**DECRETA:**

**Art. 1º** O presente Decreto regulamenta o procedimento para reconhecimento de imunidade tributária relativa ao Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) na situação prevista junto ao art. 156, §1º-A da Constituição Federal.

**Parágrafo único.** O reconhecimento se aplica a qualquer imóvel alugado pela entidade religiosa que seja utilizado para o cumprimento de suas finalidades essenciais.

**Art. 2º** O pedido de reconhecimento da imunidade para imóveis locados a entidades religiosas deverá ser protocolado no Poupatempo de Santos, instruído com os seguintes documentos:

**I** – atos constitutivos da entidade postulante, acompanhado da ata de nomeação de seu representante;

**II** – documento de identidade do locador e do representante da entidade;

**III** – procuração e documento de identidade do outorgado nos casos em que o requerimento seja formalizado por procurador;

**IV** – matrícula atualizada do imóvel;

**V** – contrato de locação firmado entre o proprietário/possuidor, figurando como locador, e a entidade religiosa, na figura de locatária.

**Parágrafo único.** Para o reconhecimento da imunidade pretendida nos termos do presente decreto, o documento mencionado no inciso V, deverá atender às seguintes condições:

**a)** estar vigente na data da ocorrência do fato gerador do IPTU;

b) ter sido firmado por quem ostente os poderes de propriedade, não podendo o locador figurar também como administrador ou representante da locatária;

c) estar acompanhado do comprovante de pagamento dos 03 (três) últimos aluguéis unicamente na hipótese de contrato de locação cuja vigência tenha sido prorrogada por prazo indeterminado.

**Art. 3º** A não incidência do IPTU nos imóveis tratados neste Decreto será concedida pelo prazo de vigência do contrato de locação, podendo retroagir seus efeitos até o exercício de 2023 considerando a publicação da Emenda Constitucional nº 116 de 17 de fevereiro de 2022.

§ 1º Na hipótese de prorrogação do prazo de locação por prazo indeterminado será reconhecida a não incidência até somente o exercício seguinte ao do requerimento, cabendo à entidade religiosa ingressar com novo requerimento anualmente;

§ 2º Na hipótese de término da locação antes do prazo ajustado em contrato ou resolução da locação por prazo indeterminado, fica a entidade religiosa obrigada a comunicar tal fato à Secretaria Municipal de Finanças e Gestão no prazo de até 30 (trinta) dias;

§ 3º A apresentação de declaração falsa ou com omissão, total ou parcial de informação que deva ser produzida à Administração Tributária Municipal, com a intenção de eximir-se, total ou parcialmente do pagamento dos tributos sujeitará o declarante às penalidades previstas na legislação.

**Art. 4º** Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Palácio “José Bonifácio”, em 28 de abril de 2025.

**ROGÉRIO SANTOS**

*Prefeito Municipal*

Registrado no livro competente.

Departamento de Registro de Atos Oficiais do Gabinete do Prefeito Municipal, em 28 de abril de 2025.

**LAVÍNIA PANTA FERNANDEZ**

*Diretora do Departamento – Em substituição*

\*Publicado no Diário Oficial de 29/04/2025